

## Parte II — Diplomacia da Saúde e Covid-19

### 20. Covid-19: o impossível *America first*

Santiago Alcázar

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ALCÁZAR, S. Covid-19: o impossível America first. In: BUSS, P.M., and FONSECA, L.E. eds. *Diplomacia da saúde e Covid-19: reflexões a meio caminho* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19 Fiocruz; Editora FIOCRUZ, 2020, pp. 317-328. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-029-0. <https://doi.org/10.7476/9786557080290.0021>.

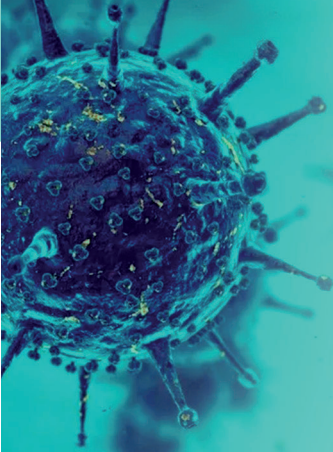
---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



## 20 Covid-19 o impossível *America first*

*Santiago Alcázar*

Os Estados Unidos da América (EUA) tiveram papel crucial na criação das Nações Unidas e dos organismos que emanaram do Acordo de Bretton Woods, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Havia um otimismo entre os seus líderes, que acreditavam que a força de sua moeda e a defesa de valores como liberdade, democracia e direitos humanos seriam suficientes para conter ameaças à sua pretendida hegemonia de poder. Tudo parecia possível para aquele país firmemente assentado na ciência e na tecnologia. A Guerra Fria, no entanto, reclamava atenção e fazia ver que havia um outro lado. As tensões eram constantes, assim como a ameaça de uma possível extinção.

Diante da incerteza do amanhã, afrouxaram-se os laços da comunidade, o que permitiu que brotassem as sementes do individualismo, não como mera possibilidade, mas como projeto econômico, social e político. A vitória de Ronald Reagan com a bandeira da desregulação foi a fórmula para turbinar a economia, derrotar os democratas e sufocar o adversário, que colapsaria em pouco tempo. A visão unidimensional levaria a ações unilaterais, de que é exemplo a segunda guerra do Iraque. Os EUA pareciam deixar de lado a construção do sistema das Nações Unidas, que eles mesmo haviam ajudado a erguer. O presidente Donald Trump acentuaria ainda mais a perspectiva unidimensional, com a denúncia de acordos internacionais e a saída de organismos multilaterais.

### OS ESTADOS UNIDOS, AS NAÇÕES UNIDAS E A PANDEMIA

Ao refletir sobre os 75 anos da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), seria proveitoso estender o olhar para toda a sua arquitetura, e não apenas fixá-lo naquela saliência que, por estar mais à frente, parece dominante. Fazem parte do

sistema, ademais de seus seis órgãos constitutivos, 15 agências especializadas, 11 programas e fundos, múltiplos conselhos, comissões, comitês e secretariados. A estrutura é complexa e pode dar a sensação de passos perdidos em um labirinto. Há, no entanto, uma lógica que permeia todo o imponente edifício e constitui o fio de Ariadne para guiar os incautos que nele se aventuram sem referências. Todas as partes têm o mesmo propósito: normatizar. As agências especializadas não têm outro objetivo e as demais partes elaboram ou contribuem para elaborar normas. A Organização Mundial da Saúde (OMS), por exemplo, produz normas sanitárias para consideração dos Estados-membros, que após exame as modificam e adotam. O consenso, nesse contexto, é importante para a solidificação da norma, que passa assim a ser a norma a seguir. A Convenção para o Controle do Tabaco é um exemplo, assim como também o é o Regulamento Sanitário Internacional.

Essa é, talvez, a principal diferença entre o mundo que foi deixado para trás e o do pós-guerra. Ao passo que aquele parecia uma avenida sem demarcações e sinalizações, por onde cada um trafegava em confusões babilônicas, este procura ordenar o fluxo de comércio global, primeiro com o Gatt e depois com a sua sucessora, a Organização Mundial do Comércio (OMC); a estabilidade financeira internacional, com o FMI; os empréstimos para o desenvolvimento, com o Banco Mundial, e assim por diante. Uma típica Assembleia Geral adota mais de trezentas resoluções, o que demonstra o elevado grau de concordância entre os países sobre diversos assuntos.

É forçoso reconhecer que grande parte dessa imponente arquitetura do pós-guerra é o resultado da ação dos EUA, que com seu entusiasmo pela criação e fortalecimento de instituições, com a confiança de que a força de sua moeda, usada no esforço de reconstrução levado a cabo pelo Plano Marshall, e a defesa de valores como liberdade, democracia e direitos humanos seriam suficientes para conter a ameaça do avanço do outro regime, adversário, que também disputava a hegemonia do poder.

O mundo multilateral nascente tinha a ambição de estabelecer um sistema internacional integrado, com capacidade de previsão, como a da Organização Mundial de Meteorologia (OMM); de velar pelo fluxo aéreo, como a Organização Internacional de Aviação Civil (OIAAC) e até acordar nomes geográficos, sob a responsabilidade do Grupo das Nações Unidas sobre Nomes Geográficos (UNGEGN, na sigla em inglês). O multilateralismo era, assim, a resposta à crescente complexidade do mundo do pós-Guerra, que corria para enfrentar os desafios lançados pela aparentemente inesgotável energia do que vinha rotulado como modernidade. Era então preciso disciplinar aquela explosão vulcânica que, se deixada em seu próprio curso, traria de volta os piores temores da geração que havia assistido da primeira fila aos horrores da guerra e a um nível de destruição inédito na história da humanidade.

Cabe esclarecer que havia multilateralismo no período entreguerras. A Liga das Nações e o Birô Internacional do Trabalho, o nome original da OIT, são talvez os exemplos mais emblemáticos. Os anos 20, contudo, foram marcados por revanchismos e exigências insensatas, que foram alimentando um ambiente de suspeitas mútuas, nada propícias para o assentamento da confiança naquelas instituições. Era aos pés dos grandes nomes das políticas nacionais de então que se depositavam as esperanças, como se a grandeza atribuída a eles fosse suficiente para guiá-los para um futuro brilhante. Como se sabe, o único brilho que se viu depois foi o da luz refletida nos metais das armas produzidas em massa, porque era necessário precaver-se contra o outro, que não era confiável, e assim por diante. A Liga e a OIT ainda tentaram buscar soluções de consenso no início da Grande Depressão. O ambiente, no entanto, não era favorável. Não seria legítimo descartar que se tivesse havido, naquele momento, cooperação entre os bancos centrais das maiores economias, é possível que se tivesse evitado o colapso em escala global. Mas a cooperação não se materializou, e cada um dos que podiam contribuir para a solução fechou-se como ostra em mar protecionista. A depressão estendeu-se até 1939, e teria durado mais se não tivesse eclodido outra guerra mundial, de novo, a segunda no século, mais cruel e devastadora que todas as outras.

É contra esse pano de fundo, que lembrava Guernica, que se criou o sistema multilateral, com o propósito de formular, estabelecer e difundir normas e recomendações para ordenar a complexidade de relações do mundo moderno. Havia entendimento de que a Torre de Babel não era o modelo a ser adotado para os muitos desafios que viriam. Havia também boa-fé entre alguns, e café para os mais calejados, que faziam reservas porque não podiam desvencilhar-se do *déjà-vu* que os acompanhava como encosto.

O mundo que se seguiu foi, assim, mais previsível, sem enfrentamento direto entre as grandes potências. A economia americana disparou e alcançou níveis invejáveis. Tudo parecia possível, porque a lanterna da ciência estava ao alcance de todos e a tecnologia apresentava-se para oferecer soluções para tudo. Não havia desconhecido que não pudesse ser conhecido, nem escuridão que não pudesse ser iluminada. Havia otimismo e ouvia-se *jazz*. Para grande felicidade dos americanos, muitos os tinham como exemplo e faziam tudo para imitá-los, nas vestimentas, no gosto pelo *rock'n roll* e nas maneiras saciadas com Coca-Cola. Os EUA deixavam de ser uma extensão territorial para se transformarem em um modo de ser espalhado pelo mundo. Universidades magníficas, indústria pujante, empregos com níveis salariais suficientes para que alguém sem educação pudesse ter uma casa boa, num bairro bom, com carro na garagem e filhos estudando em boas escolas públicas. O *American dream* era mais do que um sonho: era uma realidade ao alcance de todos.

A Aliança Atlântica era, como o nome indica, um pacto costurado entre aliados que confiavam um no outro. E por que seria de outra maneira? Afinal, a nação que havia derrotado a varíola e a poliomielite e compartilhava o conhecimento para que outros pudessem fazer o mesmo era digna de crédito. Ademais, a liderança absoluta em inovações em todas as áreas era inquestionável.

Naquele mundo, Hollywood encarregava-se de maquiar as falhas e deficiências para que a imagem, se não a realidade, fosse perfeita. Havia, contudo, um incômodo que nenhum roteirista podia ignorar. O outro, o adversário que também arregimentava seguidores e imitadores. Retratado com sobranceiras pesadas e bigodes espessos, o adversário, diziam, era terrível. Tinha as mesmas capacidades, fazia foguetes, aviões e bombas temíveis. Mas os carros, como eram feios, e ruins. Ninguém trocava um Chevrolet por um deles.

O mundo dividia-se em dois campos, um mais apegado à liberdade, outro mais afeito à igualdade. A fraternidade aconchegava-se mais a esta última, mas não vacilava em cruzar fileiras quando entoavam canções de *gospel* nas tardes quentes de verão. À chamada da Internacional, os outros respondiam com Elvis e os Beatles. Nos dois lados as aglomerações eram enormes. A tensão era grande e uma geração inteira aprendeu a viver como se não houvesse um amanhã. Talvez tenha sido isso, não é certo, mas os laços que prendiam os indivíduos a uma comunidade foram se desfazendo. Se a morte e a destruição completas são uma possibilidade real, argumentavam, então para que o compromisso e a responsabilidade com a comunidade? As sementes do individualismo exacerbado estavam lançadas, e era só esperar para que o fermento da discórdia fizesse o resto. Não haviam feito o mesmo com os núcleos atômicos, que uma vez desobrigados das forças que os mantinham unidos liberavam uma quantidade assombrosa de energia? Desapegado da comunidade que o mantinha atado, o indivíduo também poderia liberar uma energia inimaginável, sugeria a lógica de similitudes.

O individualismo era, e é, um fenômeno global, mas foi nos *States* que alcançou sua maior expressão. A conclusão dos anos de colégio é a passagem para a liberdade. O jovem estudante que vai ao *college* escolhe uma instituição longe de casa. Depois, concluída essa etapa, escolhe um trabalho longe do *college* e da família, numa corrida para a frente, sem retrovisor e *no regrets*. A energia vulcânica parecia descontrolar-se. Tudo era questionado e a relatividade de Einstein, que nada tinha a ver com isso, era invocada para dizer que não havia certezas.

No plano político norte-americano a disputa era entre republicanos e democratas. As tensões da Guerra Fria, no plano externo, continuavam, e a pergunta “capitalismo ou socialismo?” pairava no ar. Nas eleições presidenciais de 1980, os republicanos

entenderam que tinham a resposta. O capitalismo desimpedido, sem travas, daria sentido ao mercado, sufocaria a alternativa e exibiria uma capacidade de atração nunca antes vista. A vitória esmagadora de Ronald Reagan em 1980, montado no princípio da desregulamentação, parecia uma comprovação. A desregulamentação era uma espécie de varinha mágica que poria abaixo todas as normas e regulamentos, ainda que criados para disciplinar e proteger o sistema econômico de ações predatórias. Mágica porque, ao extinguir o edifício de normas, os custos de produção caíam, levando junto os impostos e, como era lógico esperar, a necessidade de tanto Estado, que encolheria e reduziria suas funções ao mínimo. O Estado sempre foi a pedra no sapato dos republicanos. A fórmula encontrada parecia perfeita e seria propagada aos quatro ventos. Desregulamentar para reduzir os impostos e encolher o Estado era o caminho a ser seguido, a Via Ápia moderna por onde passariam a transitar as políticas econômicas de corte neoliberal. Tudo parecia bem, no melhor dos mundos. Os negócios iam de vento em popa. As críticas e os protestos eram silenciados pelo sopro do vento.

O êxito da escolha republicana seria medido pelo desmoronamento do bloco soviético, bem como pela conversão dos democratas à nova seita. Estes passaram a ser mais realistas que o rei e a dizer àqueles, como se estivessem a ensinar o pai-nosso ao vigário, “*It’s the economy, stupid!*”, durante a campanha que eventualmente levaria Bill Clinton e os *new democrats* à Casa Branca. Havia entendido, assim como antes os republicanos, que para ser competitivos na arena política teriam de se reinventar e se mostrar mais atrativos naquele ambiente político. Foi o que fizeram. Nos anos 80, moveram-se à direita em termos econômicos, tornando-se idênticos aos republicanos, a ponto de terem conseguido mais êxito que eles no desempenho dos negócios (Glover, 2016). Para evitarem a descaracterização, mantiveram uma roupagem cultural de esquerda (a *cultural liberal*, expressão usada nos EUA), simpática a um leque de causas antipáticas aos republicanos, com especial ênfase nas demandas de uma população de classe média, branca e urbanizada. Divididos dessa maneira esquizofrênica, os democratas ignoraram as causas que favoreciam o aumento das iniquidades que nenhuma cultura progressista poderia impedir. O mantra de Milton Friedman, “*There is no such thing as a free lunch*”, sugeria a imagem de um dedo acusador contra a traição dos democratas, que passariam a se interessar exclusivamente pelo êxito nas eleições, ainda que ao custo de perder o segmento da população que sempre lhes dera votos. Não é de estranhar que, àquela época, muitos cruzaram as fileiras para o lado republicano, complicando ainda mais a tarefa de entender a paisagem política daquele país.

Havia, ainda, uma ordem internacional e um respeito às instituições multilaterais. “Guernica” era um quadro e muitos não lembravam mais o que o havia motivado. O original, que estivera em Nova York até depois da morte de Franco, voltara à Es-

panha. Em 1955, Picasso encomendara aos tecelões da famosa casa Aubusson três reproduções, na mesma escala ciclópica. Nelson Rockefeller, que era um admirador, comprou uma delas, doada às Nações Unidas pela família em 1985. A magnífica tapeçaria “Guernica” foi pendurada no *hall* que conduz à sala do Conselho de Segurança, certamente como uma advertência a todos os que se aventurassem a nela entrar.

O tempo continuou previsível, mas havia nuvens no horizonte que poderiam trazer surpresas. Na manhã de terça-feira, 11 de setembro de 2001, tudo iria mudar e o mundo nunca mais seria o mesmo. Milhares de mortos e feridos, graves sequelas respiratórias e uma humilhação sem precedentes. Fazia-se urgente uma resposta que o clamor popular reclamava. A dificuldade, contudo, era equacioná-la, pois o grupo terrorista Al-Qaeda havia assumido a responsabilidade. Estados respondem aos Estados. O ataque a Pearl Arbor levou os EUA a entrarem na II Guerra, mas o que se faz contra um grupo terrorista permeável a todas as fronteiras? As discussões cheias de raiva e indignação subiram de tom até se tornarem perigosas por resvalarem na irracionalidade.

Em 4 de fevereiro de 2003, o secretário de Estado Colin Powell iria ao Conselho de Segurança para apresentar o caso a favor de uma intervenção militar contra o Iraque. Na véspera, à noite, os assessores davam os últimos retoques na antessala do Conselho de Segurança onde, no dia seguinte, o secretário se posicionaria em frente às câmeras de TV. A tapeçaria “Guernica” foi encoberta com pano azul, a mesma cor da bandeira das Nações Unidas. Disseram que era somente para diminuir a informação visual e realçar a figura do secretário de Estado. De qualquer jeito, “Guernica” nunca fora anteriormente encoberta e aquele gesto sugeria uma licença para ignorar a advertência.

O fim já havia acontecido. Agora era o começo. Pôr abaixo as normas e as regulamentações, os compromissos e as responsabilidades de todo o sistema multilateral para dar livre curso à fúria vulcânica do indivíduo que quer fazer justiça com as próprias mãos, como num duelo em pleno sol, numa cidade empoeirada.

A guerra no Iraque foi a concretização da irracionalidade. Tudo parecia virado de cabeça para baixo. A raiva contra os EUA aumentou consideravelmente, como era de se esperar, mas agora também havia uma repulsa contra as Nações Unidas. A explosão que matou Sérgio Vieira de Mello foi um claro sinal de que a organização que havia sido criada para preservar as futuras gerações da loucura das guerras e da destruição era vista por alguns como sócia do aniquilamento absurdo que estavam testemunhando em seu próprio país.

A história nunca é linear. Os passos são erráticos, cheios de voltas. O olhar distrai-se com a profusão de imagens produzidas por um mundo profundamente interconectado.

Perde-se a floresta, mas não se ganha necessariamente a árvore. Na confusão deixa-se escapar muita coisa, inclusive o bom senso, que, segundo o racionalista Descartes, é a coisa mais bem repartida no mundo.

O espírito individualista não combina bem com normas e regulamentos. Tampouco com acordos internacionais. Estes são vistos como instrumentos que tolgem a liberdade e a criatividade. Devem, por isso, ser descartados. Na era da inovação, é preciso confiar na capacidade de alguns, nos que perscrutam a realidade e encontram pepitas de oportunidades. Assim reza a nova doutrina libertária, que vê nos acordos internacionais um estorvo. A medula individualista não pode confiar em nenhum grupo com mais de uma pessoa, mas todos sabem que isso é um exagero e não deve ser levado a sério.

O presidente Donald Trump elegeru-se com o mote *America first*. No pronunciamento que fez em frente ao Capitólio, na cerimônia de posse, deixou claro que na sua gestão os EUA trilhariam o seu próprio caminho de maneira livre e desimpedida. Não mais seriam o guia que ajuda os outros, com grande dispêndio de esforço e energia e, pior, sem reconhecimento. Nos dias seguintes ampliou aquele anúncio com o esclarecimento de que o país faria única e exclusivamente a defesa intransigente de seus próprios interesses e não se envolveria mais em guerras que ninguém entendia nem sabia ao certo onde se desdobravam. Os amigos históricos terão tossido nervosos ao tomarem conhecimento daquelas palavras que diziam, sem sombra de dúvida, que seriam largados no meio do caminho, sem esperança de socorro em caso de necessidade. Preocupava a eles a Rússia de Putin, que anexara sem vacilar a Crimeia, em resposta, é verdade, à possível expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) a leste, mas isso não era importante agora. Também causava alarme o modo como os russos haviam ocupado a Síria sem cerimônia, para evitar que eles fizessem o mesmo. Agora, caso eles, os russos, olhassem para oeste, o que poderia advir? E ainda havia a China, cada vez mais saliente e assertiva, aos seus olhos. Onde estava o bom senso? E o sistema que havia garantido a paz e a segurança do pós-guerra?

Enquanto aquelas perguntas iam sendo levantadas, Trump ia retirando o seu país de uma lista de acordos e instituições: o Acordo de Paris, sobre mudança do clima; o Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA, na sigla em inglês), sobre o teto para estoque de urânio enriquecido que o Irã deveria respeitar; a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Conselho de Direitos Humanos... A cada retirada da principal potência mundial de um daqueles arranjos enfraquecia-se o multilateralismo, a ponto de alguns porem em dúvida a sua eficácia em uma eventual futura grande crise.



“Que crise?”, poder-se-ia perguntar. O risco de uma crise política era inexistente. A crise financeira de 2007-2008 tinha sido uma tribulação de bancos. Uma crise sanitária era possível, mas a última, a do ebola, havia sido contida com eficácia. O caminho isolacionista parecia seguro e proveitoso.

A Covid-19 mudou tudo isso. Em 9 de março deste ano, as negociações em bolsas foram interrompidas por um algoritmo que havia disparado quando, aos 4 minutos da abertura dos mercados, os valores despencaram verticalmente. Era a primeira vez que, desde o início da crise de 2007-2008, o *circuit breaker* fora acionado. Nos dias seguintes assistiu-se de novo, com crescente apreensão, ao disparo automático daquele algoritmo. As perdas não estavam na casa dos bilhões, mas na dos trilhões. O mundo havia parado, literalmente.

A pandemia era a maior ameaça que o mundo testemunhara desde a II Guerra. Seu impacto sobre os mercados era comparável ao da Grande Depressão. A interrupção nas cadeias de produção e distribuição reduziria as trocas comerciais aos níveis de muitos anos atrás. Colégios e universidades fechados ameaçavam o futuro de uma geração de jovens. Aumento brutal do desemprego na economia formal e perdas incalculáveis de postos de trabalho na economia informal. Pedidos de concordatas em série.

Grande número de internações hospitalares provocou o colapso de sistemas de saúde. Médicos e enfermeiros exaustos, algumas vezes incapazes de prestar atendimento por falta de material: respiradores, máscaras e luvas apropriadas. Caminhões frigoríficos para acolher os mortos. Coveiros esgotados. A evocação do caos talvez não seja suficiente para descrever aquele estado de coisas. A imagem que vem à mente é a do “Triunfo da morte”, a pintura renascentista de Pieter Bruegel.

Esperava-se uma resposta à altura dos acontecimentos. As Nações Unidas e a OMS saíram à frente, com recomendações, programas e estratégias que contaram com o decidido apoio da comunidade internacional. Esperava-se que Trump voltasse atrás na sua decisão de cortar laços com ela, pois saltava à vista que para enfrentar a Covid-19 era preciso o esforço de todos, trabalhando na mesma direção.

As falas do presidente de 20 de janeiro a 18 de março podem ser acessadas na linha do tempo disponível, por exemplo, no *site* da CBS News (Watson, 2020). As avaliações variam: “temos um plano”, “tudo está sob controle”, “em alguns dias os casos irão desaparecer”, “fiquem calmos”. No dia 18 de março, o presidente pareceu diferente. A esperança voltou, por um instante. Naquele dia, com efeito, no *briefing* na Casa Branca, Trump se definiu como um presidente em tempo de guerra. Com as inspiradoras palavras “*Now it’s our time. We must sacrifice together, because we are all in this*

*together, and we will come through together*”, o presidente Trump parecia pronto para abraçar o espírito que levou a grande nação norte-americana a combater o inimigo comum durante a II Guerra. Não foi o que aconteceu. Nos dias seguintes voltaria a minimizar a importância do novo coronavírus.

O número de contaminações e óbitos cresceu vertiginosamente. O que para muitos era chocante. O país da ciência e da tecnologia, a potência mundial, referência para muitos, tornara-se um exemplo do que não deveria ser feito. A popularidade do presidente começou a se abalar. Como sempre, era preciso encontrar um bode expiatório. A China. E a OMS.

No primeiro dia da 73ª sessão ordinária da Assembleia Mundial da Saúde, em 18 de maio, soube-se que Trump havia encaminhado carta ao diretor-geral da OMS, na qual informava que, caso esta não passasse por reformas substanciais nos próximos 30 dias, a suspensão do pagamento da contribuição norte-americana seria permanente. As reformas a que se referia Trump eram relativas, principalmente, a pôr um fim à alegada influência chinesa naquela organização. A carta é um bom exemplo de não diplomacia, talvez inédito. Antes do final daquele mês veio o anúncio da retirada dos EUA da OMS, em plena pandemia da Covid-19. Mais um abandono num mundo que reclamava, e reclama, união.

A decisão do presidente Trump parecia seguir um padrão. Anteriormente, com efeito, no início de maio, ele havia informado que os EUA não participariam do esforço liderado pela União Europeia e o Grupo dos Vinte (G20) para desenvolver uma vacina contra a Covid-19. Em junho anunciaria a decisão de retirar as tropas estacionadas na Alemanha, aparentemente em resposta ao fato de a chanceler alemã, Angela Merkel, não ter comparecido à reunião do G7 realizada em Washington. Merkel alegou a pandemia para não comparecer. Trump teria entendido de outra maneira. Que tipo de consideração teriam motivado mais essa retirada? *Non sequitur* talvez seja a expressão que melhor expressa o que para alguns observadores parecia difícil entender. Em todo caso, Berlim não teria sido previamente comunicada.

Se há uma coisa que a Covid-19 ensina é que para combatê-la é preciso o esforço de todos os governos e de todas as sociedades. A vacina virá, ou não. Ninguém sabe, como tampouco se será efetiva a imunidade por ela oferecida. Neste contexto, a única coisa razoável a fazer é procurar fortalecer os laços de união e velar para que ninguém seja deixado para trás, como a promessa da Agenda 2030. É preciso insistir: a Covid-19 resistirá a qualquer tentativa de solução unilateral. Ninguém estará seguro se todos não estiverem seguros. Pode-se, talvez, pensar que outras questões também exigem a união

de todos para o encaminhamento de soluções, como a mudança climática, por exemplo. É verdade, mas há uma diferença crucial. A pandemia da Covid-19 faz a hora, não espera acontecer, como na canção. O desastre é visível aqui e agora, e não para de aumentar a cada instante. A mudança climática é uma realidade inexorável, mas mais lenta.

O lema solipsista *America first* será confirmado ou abandonado em novembro deste ano. Na primeira hipótese, a saída dos EUA de organismos multilaterais e a denúncia de acordos internacionais significará o abandono de seu papel de ator principal no plano externo. Sua capacidade de aglutinar, influir e liderar no campo diplomático ficará seriamente comprometida, se não extinta. O espaço vazio terá de ser preenchido de alguma maneira. Uma possibilidade é a China. Outra, mais provável, é o próprio multilateralismo, que poderá ser reformado, ajustado e modificado, mas terá que ser um instrumento coletivo que priorize de maneira conjunta e urgente as necessidades da comunidade humana e as do planeta. Na segunda hipótese, a de abandono da bandeira de Trump, o caminho à frente será difícil e não sem riscos, pois os EUA já perderam a credibilidade para propor soluções que beneficiem a todos. Como se sabe, a credibilidade é algo que custa muito caro e muito tempo. Para perdê-la, basta um instante e um gesto impensado.

Muito se tem dito sobre a distância que ainda separa a China dos EUA. Medida pela distribuição *per capita* da riqueza produzida, a distância, de fato, é ainda grande. Mas é provável que a medida que interessa não seja a do produto interno bruto (PIB) *per capita*, mas a que define a desigualdade. No imediato pós-guerra, os EUA eram o país mais rico do mundo e a desigualdade era menor. Os salários dos CEOs eram aproximadamente vinte vezes superiores aos de seus empregados de médio escalão. Hoje são quatrocentas vezes maiores. Naqueles anos, a energia extraordinária daquele país era suficiente para reconstruir o mundo e exercer liderança em todas as áreas. É possível que aquela energia dependesse de um certo grau de desigualdade que, quando ultrapassado, torna-se menor. Não há dúvida de que os EUA perderam o apetite para liderar. Talvez seja uma questão de energia, ou de falta dela. A China, por outro lado, é um país com menor grau de desigualdade, mas com um apetite incomensurável. É possível que esteja a caminho de se tornar desigual, como hoje os EUA. Mas a distância é grande ainda.

Novembro virá. A Covid-19 não irá desaparecer como num passo de mágica, e muito menos com a fórmula *America first*. É impossível.

\* \* \*

A pandemia da Covid-19 demonstraria o absurdo da opção *America first*. A pandemia atinge a todos, ao mesmo tempo. Não há primeiro porque não há segundo. Ninguém

estará seguro se todos não estiverem seguros. É impossível. Ainda assim, aquela opção já produziu efeitos deletérios, certamente permanentes. A credibilidade norte-americana, antes aceita, é hoje globalmente contestada. A denúncia de acordos e a retirada de organismos gera vazios que têm que ser preenchidos.

Especula-se sobre a possibilidade de a China vir a ocupar aqueles vazios deixados pelos EUA. Essa mudança na configuração do poder global parece sugerir uma nova arrumação de cadeiras. Na complexidade do mundo de hoje, com a possibilidade de novas pandemias, talvez mais severas, e com o grave estado de saúde do planeta, tal mudança, vista na perspectiva ampla da realidade, é insignificante e, por isso, irrelevante. O desafio do pós-pandemia é algo maior: a construção de possibilidades, como no espírito da Carta de São Francisco, para salvar o planeta e a humanidade de uma iminente catástrofe, talvez definitiva.

## REFERÊNCIAS

GLOVER, J. Trump is right about one thing: "the economy does better under the Democrats". *Forbes*, 7 Nov. 2016. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/realspin/2016/11/07/trump-is-right-about-one-thing-the-economy-does-better-under-the-democrats/#4b830b606786>>. Acesso em: 18 set. 2020.

WATSON, K. A timeline of what Trump has said on coronavirus. *CBS News*, 3 Apr. 2020. Disponível em: <<https://www.cbsnews.com/news/timeline-president-donald-trump-changing-statements-on-coronavirus/>>. Acesso em: 18 set. 2020.

